

DOSSIÊ

Povos Indígenas: entre a Antropologia, a Arqueologia e a História

O dossiê traz ao público reflexões e pesquisas que dialogam na interface da Antropologia, da Arqueologia e da História para pensar os povos indígenas no Brasil em diferentes momentos e circunstâncias. Eles espelham os esforços de pesquisadores dessas três áreas em reestabelecer de forma crítica e renovada as aproximações teórico-metodológicas que têm feito realocar os índios na história, e reinterpretar as relações entre povos indígenas, estruturas culturais e agenciamentos históricos.

Desde sua origem como disciplina a Antropologia afirmou-se em diálogo, e por vezes em contraposição, com a História. Aproximações e distanciamentos entre essas duas áreas sempre foi um moto para quase todas as correntes antropológicas, de modo que controversas e discussões sobre o estatuto da história na Antropologia e, em especial, nos estudos dos povos indígenas, marca o próprio desenvolvimento dessa ciência. É celebre nesse sentido o debate entre Sartre e Lévi-Strauss sobre o fundamento do homem: afinal, encontra-se como propõe o filósofo na história e na dialética ou como quer o etnólogo no sistema de diferenças e propriedades comuns que não precisam do tempo?

Os grandes pressupostos teóricos que, de uma forma ou de outra, orientaram as relações entre Antropologia e História, também acarretaram

em interpretações sobre os povos indígenas no Brasil. A famosa frase de Francisco Adolfo Varnhagem “de tais povos na infância não há história: só etnografia”, de um só golpe expressa tanto o projeto de exclusão dos índios da história, como o de uma etnografia que se esvazia das historicidades. Por essa inspiração inicial, a etnologia das terras baixas sul-americanas neutralizou a dimensão temporal como invariante sociocosmológico da América Indígena. Fechadas na espacialidade, a história só lhes seria imputada por vias da aculturação, da fricção, da transfiguração e da assimilação; portanto desde fora, numa interpretação de passividade dos povos indígenas em face dos eventos históricos.

Porém, baseados hoje num diálogo renovado e na interpretação de que existem estruturas culturais da história tanto quanto estruturas históricas das culturas, os estudos sobre os povos indígenas estão se voltando para os fenômenos de incorporação histórica a partir das categorias nativas, como um misto de interesse e signo em relação constantemente mutante. Nesse caminho, o encontro entre a Antropologia, a Arqueologia e a História tem se mostrado uma oportuna ferramenta para pensar contatos, identidades e intersecções culturais entre os povos indígenas no passado e no presente, cujo estudo tem sido foco sistemático de pesquisas apenas nas últimas décadas.

Os artigos aqui reunidos procuram, pois, ser a mostra de alguns resultados dessa aproximação. Embora sejam estudos referentes a diferentes áreas e períodos, em comum eles reinterpretam informações materiais, etnográficas e históricas acerca dos povos indígenas com base no esforço do diálogo interdisciplinar e inovador.

São sete artigos. Os três primeiros construídos a partir da Arqueologia; e os outros quatro a partir da Antropologia e da História.

No primeiro deles Robson Rodrigues, com base na Etnoarqueologia, argumenta que a compreensão dos diferentes aspectos espaço-temporais das ocupações humanas dos contextos regionais devem ser estabelecidas pelas relações interdisciplinares, tendo em vista o entendimento das escolhas realizadas pelos agentes produtores de artefatos no interior dos grupos indígenas. Esta prática contribui para o entendimento das possíveis relações

que se dão entre os comportamentos humanos e os vestígios materiais encontrados nos contextos arqueológicos.

Camila Moraes Wichers, ao fazer uma análise dos discursos expositivos presentes em exposições brasileiras que envolvem vestígios arqueológicos, argumenta que estas são espaços onde memórias, esquecimentos e representações se estabelecem. Por isso ressalta que muitas vezes, estas exposições, reforçam silenciamentos, ocultamentos e estereótipos que perpetuam passados excluídos e memórias exiladas dos povos indígenas que estão associados com a produção desses vestígios.

Seguindo a perspectiva arqueológica, Fabíola Silva e Francisco Noelli, definem que um dos principais objetivos da pesquisa arqueológica é o entendimento das causas e significados da variabilidade e da padronização dos artefatos que são encontrados nos registros arqueológicos. Nesse contexto, ao analisar as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupi, argumentam que o diálogo interdisciplinar é fundamental para se alcançar este objetivo, principalmente na relação entre a arqueologia e a linguística.

No campo das relações entre a Antropologia e a História, Robert Mori, ao analisar a criação dos aldeamentos e deslocamento de povos indígenas para o território conhecido como Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, contribui com os estudos a respeito de questões fundiárias e a formação das populações regionais ao mostrar que o contato entre a expansão geralista e os indígenas aldeados foi violento e conflituoso, o que ocasionou um processo de expulsão destes grupos indígenas e a espoliação das terras dos aldeamentos.

Em seu artigo, Marcel Mano, tendo como base algumas evidências documentais sobre as relações intertribais e interétnicas no médio Amazonas, principalmente no trecho entre os rios Madeira e Tapajós, problematiza a classificação etnográfica dessa área como Tupi. Argumenta que num cenário multiétnico fatores históricos, como a entrada de grupos Tupinambá e a atuação dos jesuítas, contribuíram com o processo de homogeneização, ao qual ele procura mostrar com base na história dos Mawé, grupo indígena remanescente que traz elementos para estabelecer questionamentos a respeito da classificação cultural dessa área.

Seguindo a linha da Etno-história, Edson Silva, com base na história dos indígenas do Nordeste e sua atuação sociopolítica, questiona as narrativas históricas que ainda defendem o extermínio dos povos indígenas durante a colonização portuguesa na região. A partir de novas abordagens históricas que levam em consideração discussões interdisciplinares, questiona a explicação simplista da mestiçagem no Nordeste como argumento para o suposto desaparecimento indígena e reorienta a compreensão dos processos históricos e das afirmações étnicas contemporâneas.

Por fim, Aurelino Ferreira Filho, ao refletir a respeito da atual condição do ser índio no Brasil com base em conceitos como autorreconhecimento, autodeclaração e pertencimento, apresenta elementos para a compreensão da afirmação de identidades e protagonismos indígenas na atualidade.

Como um todo, as reflexões propostas e as experiências apresentadas neste Dossiê devem servir para alimentar os debates atuais a respeito da compreensão da complexidade das histórias e culturas indígenas. Do ponto de vista em que se colocam, os artigos aqui reunidos apresentam a tese de que essa compreensão só será possível a partir de abordagens que tenham um diálogo interdisciplinar entre Antropologia, Arqueologia e História em suas perspectivas teórico-metodológicas. Mais do que soluções, o desafio está posto. Desejamos uma boa leitura.

Uberlândia – MG, outono de 2017

Marcel Mano e Robson Rodrigues

Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena.